



## TERMO DE REFERÊNCIA

AQUISIÇÃO DE OBRAS ARTÍSTICAS DE AUTORIA DO FOTÓGRAFO LUIZ BHERING -  
**PROJETO COMPOR**

<i>Termo de referência para aquisição de obras artísticas de autoria do fotógrafo Luiz Bhering – Projeto COMPOR</i>	Data 15/06/2026	Versão 2.0
---	--------------------	---------------



**MPRJ**

**MINISTÉRIO PÚBLICO**  
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

## SUMÁRIO

1. DO OBJETO, DA AUTORIZAÇÃO PARA COMERCIALIZAÇÃO E JUSTIFICATIVA.....	3
2. DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.....	4
3. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE.....	5
4. DA ANÁLISE DA PROPOSTA.....	6
5. DO REGIME DE EXECUÇÃO E FORNECIMENTO .....	6
6. DA GARANTIA DOS PRODUTOS.....	8
7. DOS DEVERES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA .....	9
8. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.....	10
9. DISPOSIÇÕES GERAIS.....	11
10. EQUIPE DE ELABORAÇÃO.....	11

ANEXO I – ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVO TOTAL

ANEXO II – ROTEIRO DE AVALIAÇÃO DAS OBRAS ARTÍSTICAS

**MPRJ**  
**SECLOG**

SECRETARIA DE LOGÍSTICA

### GERÊNCIA DE ALMOXARIFADO

Rua Amazonas, nº 107 - São Cristóvão  
Rio de Janeiro - RJ - CEP 20920-370  
Telefone: (21) 3878-2353  
E-mail: [almoxarifado@mprj.mp.br](mailto:almoxarifado@mprj.mp.br)

**MPRJ****MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

## **1. DO OBJETO, DA AUTORIZAÇÃO PARA COMERCIALIZAÇÃO E JUSTIFICATIVA**

### **1.1. Do Objeto**

O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de obras artísticas autorais, compreendendo imagens do fotógrafo Luiz Bhering, destinadas à ambientação institucional do Centro de Autocomposição – COMPOR, situado na Avenida General Justo, nº 375, 3º pavimento, Centro, Rio de Janeiro/RJ.

### **1.2. Da Autorização para Comercialização das Imagens**

1.2.1. Poderão participar da presente contratação quaisquer proponentes aptos ao fornecimento do objeto, desde que apresentem, juntamente com a proposta, documento emitido pelo artista autorizando expressamente a comercialização das imagens especificadas neste Termo de Referência.

1.2.2. A autorização de que trata o item anterior deverá identificar, de forma inequívoca, a empresa autorizada e contemplar as obras objeto da presente contratação, constituindo requisito para aceitação da proposta.

1.2.3. A ausência da autorização ou a apresentação de documento que não comprove, de forma inequívoca, a autorização do artista para comercialização das imagens especificadas neste Termo de Referência ensejará a desclassificação da proposta.

1.2.4. A autorização prevista neste item não confere à empresa a condição de representante exclusivo do artista, destinando-se exclusivamente a comprovar sua legitimidade para intermediar a comercialização das obras objeto desta contratação.

### **1.3. Da Justificativa**

A escolha das obras do fotógrafo Luiz Bhering decorre da aderência técnica, estética e conceitual de seu portfólio ao projeto arquitetônico e à identidade visual pretendida para o espaço institucional do COMPOR, conforme avaliação realizada pela área demandante, considerando elementos de composição, linguagem visual, temática e compatibilidade com a proposta de ambientação concebida para o local.

A presente contratação tem por finalidade viabilizar a composição estética e conceitual do ambiente do COMPOR, mediante a incorporação de elementos artísticos que contribuam para a qualificação do espaço institucional, promovendo conforto ambiental, estímulo sensorial adequado e reforço da identidade institucional.

Nesse contexto, a observância rigorosa desses parâmetros revela-se essencial para a manutenção da coerência visual, funcional e conceitual do ambiente, contribuindo diretamente para a qualidade da ambiência institucional, para a harmonização dos elementos arquitetônicos e para o alcance dos objetivos propostos no âmbito do referido projeto.



A aquisição será realizada por **dispensa de licitação** prevista no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista que o valor total estimado da contratação é inferior ao limite vigente para essa modalidade (R\$ 65.492,11, conforme Decreto nº 12.807, de 29 de dezembro de 2025), observadas as disposições da Portaria Regulamentar SGMP nº 06/2022.

Embora as obras possuam natureza autoral e atributos estéticos próprios, a instrução processual demonstrou que não restou caracterizada inviabilidade absoluta de competição apta a justificar a adoção da inexigibilidade prevista no art. 74 da Lei nº 14.133/2021. Isso porque, durante a pesquisa de mercado, verificou-se que o fotógrafo Luiz Bhering não possui representante exclusivo para comercialização de suas obras, tendo o próprio artista informado que qualquer galeria ou entidade poderá intermediar eventual fornecimento, desde que estabeleça vínculo específico para comercialização pontual das imagens.

## **2. DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

- 2.1. As especificações das obras artísticas que serão adquiridas e suas respectivas quantidades encontram-se descritas no Anexo I do presente Termo de Referência.
- 2.2. As obras deverão apresentar elevado padrão de qualidade técnica e de acabamento, compatível com o nível de exigência institucional, devendo estar isentas de quaisquer vícios, imperfeições, danos ou elementos que comprometam sua integridade estética, durabilidade ou valor artístico.
- 2.3. As obras deverão estar integralmente aderentes ao conceito arquitetônico, estético e funcional aprovado pela Gerência de Projetos de Layout – GEPRO-LA, de modo a assegurar a coerência visual e a harmonia do ambiente institucional.
- 2.4. As obras deverão ser devidamente acondicionadas em embalagens íntegras, lacradas e adequadas à sua natureza, assegurando sua proteção durante todas as etapas de transporte, manuseio e entrega, contendo identificação clara do conteúdo e demais informações pertinentes.
- 2.5. Não serão aceitas, em nenhuma hipótese, obras usadas, reconcondicionadas ou fora das especificações estabelecidas.
- 2.6. Para efeito de avaliação dos materiais, será levada em conta a conformidade com as especificações e características, qualidade, acabamento e funcionalidade, de acordo com o fim a que se destinam e, principalmente, o seguinte:
  - 2.6.1. **Quanto à qualidade** - Apresentar qualidade e adequação da matéria-prima empregada, em conformidade com as especificações técnicas estabelecidas;
  - 2.6.2. **Quanto ao acabamento** - Apresentar elevado grau de esmero na fabricação, devendo o material estar isento de rebarbas, amassados, arestas vivas ou quaisquer outras imperfeições decorrentes de falhas no processo produtivo;

**MPRJ****MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

- 2.6.3. **Quanto à funcionalidade** - Atender às condições adequadas de manuseio, estar em conformidade com as exigências constantes das especificações do Anexo I e apresentar-se em perfeitas condições de uso, sem quaisquer danos ou avarias.
- 2.7. É expressamente vedada a substituição das obras selecionadas por quaisquer outras, ainda que similares, em razão de sua natureza singular, autoral e da vinculação direta ao conceito arquitetônico e curatorial previamente aprovado.
- 2.8. As especificações das obras artísticas que serão adquiridas e suas respectivas quantidades encontram-se descritas no Anexo I do presente Termo de Referência.
- 2.9. As obras deverão apresentar elevado padrão de qualidade técnica e de acabamento, compatível com o nível de exigência institucional, devendo estar isentas de quaisquer vícios, imperfeições, danos ou elementos que comprometam sua integridade estética, durabilidade ou valor artístico.
- 2.10. As obras deverão estar integralmente aderentes ao conceito arquitetônico, estético e funcional aprovado pela Gerência de Projetos de Layout – GEPRO-LA, de modo a assegurar a coerência visual e a harmonia do ambiente institucional.
- 2.11. As obras deverão ser devidamente acondicionadas em embalagens íntegras, lacradas e adequadas à sua natureza, assegurando sua proteção durante todas as etapas de transporte, manuseio e entrega, contendo identificação clara do conteúdo e demais informações pertinentes.
- 2.12. Não serão aceitas, em nenhuma hipótese, obras usadas, reconcondicionadas ou fora das especificações estabelecidas.

### **3. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE**

- 3.1. As soluções apresentadas deverão atender integralmente às especificações do Termo de Referência, sendo vedadas propostas que impliquem divergências de padrão ou prejuízo à identidade visual do conjunto.
- 3.2. A contratação deverá observar, no que couber, os critérios de sustentabilidade previstos no art. 11 da Lei nº 14.133/2021, bem como as boas práticas voltadas à mitigação de impactos ambientais ao longo do ciclo de vida do objeto.
- 3.3. Nesse contexto, a CONTRATADA deverá empregar materiais de elevada qualidade e durabilidade, de modo a assegurar maior vida útil às obras e seus componentes, bem como a reduzir a necessidade de substituições futuras.

**MPRJ****MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

- 3.4. A contratação deverá observar, no que couber, os critérios de sustentabilidade previstos no art. 11 da Lei nº 14.133/2021, bem como as boas práticas voltadas à mitigação de impactos ambientais ao longo do ciclo de vida do objeto.
- 3.5. Nesse contexto, a CONTRATADA deverá empregar materiais de elevada qualidade e durabilidade, de modo a assegurar maior vida útil às obras e seus componentes, bem como a reduzir a necessidade de substituições futuras.

#### **4. DA ANÁLISE DA PROPOSTA**

##### **4.1. Na proposta de preço deverá constar:**

- 4.1.1. Prazo de validade da proposta (o qual não poderá ser inferior a **90 (noventa) dias consecutivos**);
- 4.1.2. A discriminação detalhada do material ofertado;
- 4.1.3. A quantidade solicitada;
- 4.1.4. Os valores unitários e total;
- 4.1.5. O prazo de entrega de **15 (quinze) dias consecutivos**;
- 4.1.6. Dados relacionados ao fornecedor, como nome fantasia, razão social, CNPJ, nome do representante legal, telefones de contato e/ou e-mail;
- 4.1.7. Declaração formal do proponente atestando sua condição de fabricante ou representante comercial do objeto, com indicação expressa do(s) modelo(s) específico(s) ofertado(s).
- 4.1.8. A garantia por período não inferior a **12 (doze) meses**, contado a partir do primeiro dia útil subsequente ao recebimento definitivo do objeto nos termos do item 5.10.2;
- 4.2. Os valores apresentados nas propostas de preço deverão considerar inclusas todas as despesas que possam influir direta ou indiretamente nos custos, tais como: tributos, licenças, análises, transporte, pedágios, estadas, multas, mão de obra para carga/descarga dos materiais, garantia, dentre outros.
- 4.3. Em caso de necessidade de ajustes ou esclarecimentos quanto às informações constantes na proposta, desde que não alterem o valor, o Órgão Fiscal poderá diligenciar junto ao proponente a fim de dirimir as questões suscitadas.

#### **5. DO REGIME DE EXECUÇÃO E FORNECIMENTO**

**MPRJ  
SECLOG****SECRETARIA DE LOGÍSTICA**

**GERÊNCIA DE ALMOXARIFADO**  
Rua Amazonas, nº 107 - São Cristóvão  
Rio de Janeiro - RJ - CEP 20920-370  
Telefone: (21) 3878-2353  
E-mail: almoxarifado@mprj.mp.br

**MPRJ****MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

- 5.1. O prazo máximo para a entrega integral dos produtos será de **15 (quinze) dias consecutivos**, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à restituição da respectiva Nota de Empenho assinada.
- 5.2. A nota de empenho será encaminhada à CONTRATADA, a qual a restituirá devidamente assinada e datada, através do endereço eletrônico: [almoxarifado@mprj.mp.br](mailto:almoxarifado@mprj.mp.br), em até **02 (dois) dias úteis** após o envio pelo CONTRATANTE;
- 5.2.1. Não atendido o prazo de **02 (dois) dias úteis** para restituição da Nota de Empenho, será presumido seu cumprimento para fins de início da contagem do prazo para entrega integral dos produtos disposto no item 5.1;
- 5.3. No ato da entrega das obras artísticas, objeto da contratação, juntamente com a Nota Fiscal, deverá ser entregue cópia da Nota de Empenho.
- 5.4. A respectiva nota fiscal deverá estar devidamente discriminada, em nome do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, CNPJ nº 28.305.936/0001-40.
- 5.5. O material contratado deverá ser entregue no Almojarifado Central deste Ministério Público, situado na Rua Amazonas, nº 107A, São Cristóvão, Rio de Janeiro/RJ.
- 5.6. O ônus de entregar os materiais será de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não sendo admitidas justificativas para a não entrega ou para a entrega fora do prazo estabelecido que atribuam a terceiros tais responsabilidades, ressalvadas situações excepcionais, devidamente comprovadas.
- 5.7. Não serão consideradas situações excepcionais, para os fins do item anterior, aquelas decorrentes de atrasos na entrega por serviços postais ou por empresas transportadoras contratadas pela fornecedora, por se tratar de riscos inerentes à atividade.
- 5.8. O agendamento da entrega, com no mínimo **24 (vinte e quatro) horas** de antecedência, é requisito para o recebimento e deverá ser feito através dos telefones (21) 3878-1858, (21) 3878-1341 ou do e-mail [almoxarifado.op@mprj.mp.br](mailto:almoxarifado.op@mprj.mp.br).
- 5.9. Caso não seja observado o agendamento prévio, poderá o Órgão Fiscalizador recusar a entrega, sempre que houver risco ao bom andamento do serviço no Almojarifado Central.
- 5.10. As obras artísticas contratadas serão recebidas da seguinte forma:
- 5.10.1. **Provisoriamente**, no ato da entrega pela equipe operacional da Gerência de Almojarifado, que procederá à conferência preliminar do quantitativo das obras entregues, em paridade com as informações constantes da respectiva Nota de Empenho e Nota Fiscal, limitando-se o recebimento provisório à verificação quantitativa dos itens fornecidos.

**MPRJ****MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

- 5.10.2. **Definitivamente**, em até **10 (dez) dias úteis** após o recebimento provisório, mediante “atesto” na nota fiscal, pela Equipe de Fiscalização e pelo Órgão Técnico, depois de comprovada a adequação aos termos da proposta e à nota de empenho.
- 5.11. Caso não seja(am) aprovado(s), o fornecedor deverá efetuar a troca do(s) item(ns) no prazo máximo de **5 (cinco) dias úteis**, contados do primeiro dia útil subsequente ao do envio da respectiva notificação.
- 5.12. O Ministério Público se reserva o direito de não receber as obras artísticas que não estiverem em perfeitas condições e de acordo com as especificações estipuladas neste Termo de Referência e em seus anexos.
- 5.13. O Órgão Fiscalizador poderá, a qualquer tempo, inclusive durante o prazo de garantia, realizar, por amostragem, nova análise dos produtos entregues, sempre que houver indícios de irregularidades quanto à qualidade, conformidade ou desempenho do objeto recebido.
- 5.14. Obras artísticas excedentes ao quantitativo deverão ser retiradas no prazo de **10 (dez) dias consecutivos**, contados do primeiro dia útil subsequente ao do envio da respectiva notificação.
- 5.15. O agendamento, com no mínimo **24 (vinte e quatro) horas** de antecedência, é requisito para autorização de retirada das obras artísticas e deverá ser feito através dos telefones (21) 3878-1858, (21) 3878-1341 ou do e-mail [almoxarifado.op@mprj.mp.br](mailto:almoxarifado.op@mprj.mp.br). A não retirada no prazo, caracteriza autorização tácita para a destinação que melhor convier ao Ministério Público, sem gerar direito de indenização ao fornecedor.
- 5.16. As obras artísticas correspondentes ao lote deverão ser entregues integralmente, salvo motivo superveniente devidamente justificado e desde que aceito pelo Órgão Fiscalizador.
- 5.17. O prazo para pagamento das notas fiscais se iniciará somente após o recebimento integral dos itens previamente solicitados pelo Órgão Fiscalizador, observando-se o disposto no item 5.10.2.
- 5.18. Qualquer atraso ocorrido na apresentação da nota fiscal e/ou da nota de empenho, ou ainda em outros requisitos como condição para pagamento por parte da contratada, importará na prorrogação automática do prazo para pagamento do material adquirido.

## **6. DA GARANTIA DOS PRODUTOS**

- 6.1. A contratada ficará obrigada, a partir da data do respectivo recebimento definitivo pelo período de **12 (doze) meses**, a prestar garantia aos produtos entregues, devendo substituir ou reparar, no todo ou em parte, às suas expensas, no prazo de **05 (cinco) dias úteis** contados do primeiro dia útil subsequente ao do envio da respectiva notificação, quaisquer materiais que apresentem defeitos, vícios ou que tenham sofrido danos ou avarias, de qualquer espécie, no transporte ou ou descarga, de forma que comprometam seu uso regular e adequado.

**MPRJ  
SECLOG****SECRETARIA DE LOGÍSTICA**

**GERÊNCIA DE ALMOXARIFADO**  
Rua Amazonas, nº 107 - São Cristóvão  
Rio de Janeiro - RJ - CEP 20920-370  
Telefone: (21) 3878-2353  
E-mail: [almoxarifado@mprj.mp.br](mailto:almoxarifado@mprj.mp.br)





**MPRJ**

**MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

- 6.2. No caso de substituição dos produtos, as novas unidades terão os mesmos prazos de garantia originalmente concedidos aos substituídos, a contar da data em que ocorrer a substituição.

## **7. DOS DEVERES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

### **7.1. Caberão à CONTRATANTE as seguintes medidas decorrentes desta contratação:**

- 7.1.1. Proporcionar as condições indispensáveis à boa execução do contrato, prestando todas as informações e esclarecimentos necessários;
- 7.1.2. Verificar se o material entregue pela contratada está de acordo com as especificações constantes deste Termo de Referência e seus anexos;
- 7.1.3. Solicitar por escrito a substituição dos materiais entregues que apresentarem defeito ou não estiverem de acordo com a especificação;
- 7.1.4. Solicitar por escrito a substituição ou o reparo de quaisquer materiais que apresentem defeitos ou vícios durante o período de garantia ou que tenham sofrido danos ou avarias, de qualquer espécie, no transporte ou descarga, que comprometam seu uso regular e adequado;
- 7.1.5. Aplicar as sanções administrativas cabíveis, previstas neste Termo de Referência;
- 7.1.6. Efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados.

### **7.2. Caberão à CONTRATADA:**

- 7.2.1. Cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência, seus anexos e sua proposta, assumindo os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
- 7.2.2. Efetuar a entrega integral do objeto no prazo e no local constante neste Termo de Referência, observando as especificações presentes no Anexo I;
- 7.2.3. Entregar o material acompanhado do respectivo documento fiscal e da Nota de Empenho;
- 7.2.4. Substituir ou reparar, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- 7.2.5. Comunicar à Contratante, no prazo mínimo de **24 (vinte e quatro) horas** que antecedam a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

**MPRJ  
SECLOG**

**SECRETARIA DE LOGÍSTICA**

#### **GERÊNCIA DE ALMOXARIFADO**

Rua Amazonas, nº 107 - São Cristóvão  
Rio de Janeiro - RJ - CEP 20920-370  
Telefone: (21) 3878-2353  
E-mail: [almoxarifado@mprj.mp.br](mailto:almoxarifado@mprj.mp.br)



7.2.6. Responder a toda e qualquer notificação enviada pelo Órgão Fiscalizador no prazo de **2 (dois) dias úteis**;

7.2.6.1. Em caso de descumprimento, os prazos constantes na notificação se iniciarão automaticamente a partir do 1º dia útil após o seu envio.

7.2.7. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, as obrigações assumidas em razão da presente aquisição;

7.2.8. Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do fornecimento;

7.2.9. Recuperar ou ressarcir danos em áreas ou bens do MPRJ, ocorridos em razão de suas atividades contratuais, em um prazo máximo de **15 (quinze) dias úteis**.

7.2.9.1. O prazo para a recuperação e ressarcimento mencionados neste item poderá ser flexibilizado, por determinação do Órgão Fiscal ou acordado entre as partes, considerando as circunstâncias do caso concreto.

## **8. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

8.1. Sem prejuízo das perdas e danos e das multas cabíveis nos termos da lei civil, a contratada ficará sujeita às seguintes sanções administrativas:

8.1.1. Advertência;

8.1.2. Multa de mora, no percentual mínimo de **1% (um por cento)** e máximo de **10% (dez por cento)**, por dia útil de atraso injustificado no adimplemento da obrigação, calculada sobre o valor contratual atualizado correspondente à parcela de execução em atraso.

8.1.2.1. A mora da contratada está limitada ao prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**;

8.1.3. Multa pela inexecução total ou parcial do contrato, graduável conforme a gravidade da infração, no percentual máximo **de 20% (vinte por cento)** do valor total do empenho.

8.1.4. Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Estadual, pelo prazo de até **03 (três) anos**.

8.1.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo **prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos**.

8.2. Consideram-se passíveis da sanção de advertência as faltas que derem causa à inexecução parcial do contrato.



- 8.3. O impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Estadual poderá ser aplicado à CONTRATADA que incorrer nas condutas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133 de 2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
- 8.4. A declaração de inidoneidade poderá ser aplicada à CONTRATADA que incorrer nas condutas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133 de 2021, bem como nas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no §4º do artigo 156 da referida Lei, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos.
- 8.5. O impedimento de contratar com a Administração Pública Estadual poderá ser aplicado à CONTRATADA que apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do contrato sem motivo justificado, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.
- 8.6. As multas previstas nos subitens 8.1.2 e 8.1.3 podem ser aplicadas isoladamente ou em conjunto com qualquer das demais penalidades, com base no §7º do artigo 156 da Lei nº 14.133 de 2021.

## **9. DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 9.1. A atuação da fiscalização não exime a CONTRATADA de sua total e exclusiva responsabilidade sobre a qualidade do material fornecido.
- 9.2. Caberá ao Órgão Fiscalizador com o auxílio do Órgão Técnico, se necessário, decidir os casos omissos, relativos às especificações ou quaisquer documentos que se refiram, direta ou indiretamente, à aquisição em questão.

## **10. EQUIPE DE ELABORAÇÃO**

Setor	Responsável / Cargo
Gerência de Almoxarifado	<b>André Ferreira Lepre</b> Gerente
	<b>Patrícia Marmello Moreira</b> Técnica do MPRJ